Voz das Misericórdias

Diretor Nuno Reis /// ano XXXVIII /// Maio de 2023 /// publicação mensal /// Gratuito

12

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

SERVIÇO QUE APOIA 3000 PESSOAS POR DIA

A Misericórdia de São Tomé e Príncipe está em mais de 35 localidades, onde apoia cerca de 3000 pessoas, desde a infância à terceira idade. Para apoiar esse serviço, toda a ajuda é bem-vinda.

‘Mostrar a força da nossa história e a dignidade da nossa presença’ 08

Em entrevista, o presidente da UMP, Manuel de Lemos, refletiu sobre os desafios das Misericórdias na atualidade e apontou caminhos de futuro, onde a qualidade é marca distintiva de uma ação de proximidade. Otimismo, ponderação e rigor numa conversa marcada pela convicção de que “estamos aqui com a força da nossa história, com a dignidade da nossa presença e com capacidade de evolução para continuar a missão".

04 ECONOMIA SOCIAL
Sessão para celebrar os dez anos da lei de bases

14 SR ÉVORA
Conhecer os rostos por trás da missão

18 SR VILA REAL
Visita é incentivo para continuar

20 MUSEOLOGIA
Preservar o património é garantir a memória

Novo CCT para abranger mais trabalhadores

Trabalho A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) assinou um contrato coletivo com várias entidades sindicais da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), no dia 18 de maio, que abrange os trabalhadores das Misericórdias do continente. Após a assinatura do documento, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), segue-se a publicação no Boletim do Trabalho e Emprego e o pedido de portaria de extensão ao MTSSS.

Segundo o presidente da UMP, "todos temos a consciência de que só com os trabalhadores devidamente protegidos como merecem é que conseguimos fazer frente aos múltiplos desafios que temos pela frente". Em declarações à imprensa, Manuel de Lemos acrescentou ainda que é necessário "pagar mais e melhor aos trabalhadores e dar-lhes outro tipo de regalias, porque é a única forma que há de estarmos no plano do trabalho digno e, sobretudo, de termos pessoas que gostam de trabalhar connosco".

No âmbito deste instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, Miguel Raimundo, vogal do Secretariado Nacional da UMP responsável pelas negociações com os sindicatos, refere que "será abrangido um universo ainda mais alargado de trabalhadores das Misericórdias". Com as duas portarias de extensão [relativas a este contrato com a CGTP e ao celebrado anteriormente com a União Geral de Trabalhadores], o jurista adianta que "poucos serão os trabalhadores não abrangidos". Considerou, por isso, tratar-se de "mais um passo grande neste processo".

Do lado da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, assinaram os representantes do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (STSS), da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) e da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

A UMP esteve representada na cerimónia pelo presidente do Secretariado Nacional (SN) da UMP, Manuel de Lemos, o tesoureiro do SN, José Rabaça, o vogal do SN e jurista Miguel Raimundo, e o advogado Pedro Mota Soares.

Recordamos que em março deste ano, foi assinado um contrato coletivo com a Frente Sindical da União Geral de Trabalhadores (UGT), publicado a 15 de abril no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), conforme divulgado na Circular 25/2023.

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

DIMS

Dia para celebrar os museus

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) associou-se à comemoração do Dia Internacional dos Museus 2023, celebrado a 18 de maio, assumindo como prioridade a defesa de uma identidade ímpar que, projetada no futuro, garantirá a defesa e a promoção dos valores da nossa missão. Na nota divulgada, a UMP recorda ainda que espaços museológicos "são testemunhos do percurso secular das Misericórdias em cada comunidade, que importa promover e vivenciar a bem da sustentabilidade e bem-estar de todos".

Lagos

Parceria para promover atividade física

A Misericórdia de Lagos está a desenvolver o projeto 'ArticuLar', em colaboração com a Câmara Municipal de Lagos, para promoção de atividade física junto dos idosos. Segundo nota, uma vez por semana, os técnicos de atividade física do município realizam sessões de exercício físico em sala e em água com utentes de todos os equipamentos da Misericórdia, complementando as atividades que são desenvolvidas todos os dias pelos animadores.

Rotas com 'estórias e tradições de um povo'

Inovação social O primeiro de oito roteiros da Misericórdia de Alcanede foi lançado em maio

Ao fim de um período de recolha junto da comunidade, Misericórdia de Alcanede arrancou com a primeira de oito rotas turísticas

TEXTO **FILIPE MENDES**

Alcanede 'Entre Portas e Conversas'. Assim se denomina a primeira das oito rotas turísticas que estão agora a ser lançadas no território no âmbito do projeto de inovação social '100 Memórias e Estórias', coordenado pela Misericórdia de Alcanede.

O projeto visa envolver a comunidade no desenvolvimento de um roteiro turístico global, denominado por 'Roteiro Origens', que passa pelas freguesias de Alcanede, Aldeia da Ribeira, Mata do Rei, Pé da Pedreira, Valverde, Vale da Trave, Gançaria e Fráguas e, ao mesmo tempo, combater e prevenir a vulnerabilidade social e o isolamento.

No terreno, uma centena de pessoas orientadas por técnicos da instituição recolheram o património material e imaterial daquelas aldeias, que depois foi tratado e preservado digitalmente com o propósito de transformar a informação em rotas que interpretam e dão vida ao território.

No passado dia 6 de maio, o lançamento da primeira rota significou o "início do culminar de uma caminhada" de quase três anos de um projeto que envolve idosos não enquadrados em quaisquer respostas sociais, assim como pessoas que "estão em vulnerabilidade por pobreza, ou outra situação de exclusão, para além de jovens que não estão a trabalhar nem a estudar", explica ao VM Wanda Mendo, provedora. Em paralelo, os beneficiários participaram num programa de oficinas de várias áreas do saber, como teatro, costura criativa e expressão plástica, entre outros.

"Esta rota, em concreto, fala das estórias e tradições de um povo. Passa pelos negócios locais, pela história das festas da aldeia, pela atividade da resinagem que foi outrora muito expressiva em Aldeia da Ribeira e até mesmo pela tradição do Carnaval", explica a responsável, destacando que todos estes aspetos foram identificados e trabalhados pelos próprios beneficiários do projeto.

"Essa é a grande mais-valia e a originalidade deste programa", diz Wanda Mendo, acrescentando: "sendo este projeto focado nas pessoas, esta solução inovadora pretende estimular o contacto entre vizinhança, promover ações de literacia e criar espaços de convívio".

Segundo disse, esta iniciativa, apoiada pelo programa "Portugal Inovação Social e cofinanciada pelo Fundo Social Europeu e Portugal 2020, permitiu também "humanizar e revitalizar espaços degradados" ou sem atividade como escolas primárias ou associações recreativas das localidades, "fortalecendo o espírito de comunidade e desenvolvimento local".

Liberdade A segunda peça do grupo de teatro da ERPI São Lázaro é sobre o 25 de Abril

Peça de teatro para valorizar os idosos

Porto O palco é o mesmo: o auditório D. Pedro IV. O cenário é diferente. O público responde, uma vez mais, positivamente à chamada. Teresa Canedo dá as boas-vindas a todos explicando que vamos assistir, "dentro de momentos", à segunda peça encenada pelos "artistas" do grupo de teatro da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) São Lázaro, da Santa Casa da Misericórdia do Porto. "Os Cravos de Abril", peça escrita pela animadora Helena Pratinha, conta com um elenco de 12 utentes.

O primeiro aplauso da tarde, do dia 28 de abril, vai precisamente para a "encenadora", com a apresentadora, Teresa Canedo (utente), a tecer rasgados elogios à animadora que, durante cerca de quatro meses, preparou este trabalho. "Se não fosse ela, nós não estávamos aqui. É um amor. Ajuda-nos muito e tem muita paciência. Às vezes tem que ralhar connosco, mas é para nosso bem e perdoamos-lhe", atira Teresa Canedo para risada da plateia.

Começa o espetáculo. Despido o papel de apresentadora, Teresa Canedo, agora já como atriz, começa por dizer que o 25 de Abril "foi um acontecimento extraordinário, proporcionando a liberdade que pôs fim à ditadura". A encenação desenrola-se num tom sério porque o momento assim o obriga, embora, de quando em vez, no texto, surjam momentos de humor que soltam sonoras gargalhadas na assistência.

Segundo a mesária da Santa Casa da Misericórdia do Porto para a área social, Albertina Amorim, os utentes expressaram "de forma extraordinária as mudanças que houve com o 25 de Abril, porque, também eles, sentiram na pele as consequências da ditadura".

Albertina Amorim destacou ainda a importância dessas atividades enquanto ferramentas de valorização da população sénior, lembrando que uma ERPI tem de ser "um local onde todos se sintam bem". VM

TEXTO **PAULO SÉRGIO GONÇALVES**

Seia

Programa para celebrar 250 anos da igreja

A igreja da Misericórdia de Seia completa este ano 250 anos de existência e a data foi comemorada com uma conferência e uma exposição. Com o título 'Igreja da Misericórdia: Arquitetura da Memória', a instituição celebra "250 anos de memórias, histórias e descobertas que valorizam a nossa Igreja da Misericórdia de Seia", de acordo com nota partilhada nas redes sociais.

Coimbra

Ciclo de música volta a reunir a comunidade

O Museu da Misericórdia de Coimbra recebeu, a 11 e 13 de maio, a sétima sessão do ciclo de música 'Escutar e Compreender', sob o tema "Na contemporaneidade da música: o minimalismo, que evoluiu dum serialismo, marca ainda hoje as regras da composição e da estética?". Gratuita, a sessão voltou a reunir a comunidade em torno da música.

Ponte da Barca

Caminhada por 'Saúde para todos'

O Plano de Investigação-Ação nas Demências, composto pela Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca e quatro outras instituições, celebrou o Dia Mundial da Saúde com uma caminhada solidária. Sob o lema 'Saúde para todos', a iniciativa juntou vários parceiros da comunidade e permitiu uma relação de aprendizagem e convívio entre gerações diferentes. Segundo nota, o plano procura, através de eventos como este, contribuir para uma melhor capacitação das pessoas na área da saúde mental e da prevenção e intervenção na demência.

NÚMEROS EM DESTAQUE

8337

Mais 8337 lugares em creche serão criados através de 153 contratos de financiamento, recentemente celebrados com instituições do setor social e com autarquias, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No conjunto de instituições estão diversas Misericórdias.

300

Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, em abril, o número de inscritos nos centros de emprego estava abaixo dos 300 mil.

2,7

A economia social representa 2,7% do PIB em Portugal e 6,1% do emprego remunerado, de acordo com a Base de Dados Social, da Nova SBE.

EDITORIAL

NUNO REIS
Diretor do Jornal
diretor.jvm@ump.pt

Ponto de encontro

Quando, a 31 de maio, na Igreja de São Roque, plena de simbolismo, se celebrar uma especial eucaristia, os pensamentos e as orações não deixarão de recordar, estou certo, o trajeto de serviço abnegado e a resiliência demonstrada por membros das Irmandades, voluntários, profissionais, utentes, desde que, em 2019, se realizou o último Congresso Nacional das Misericórdias.

Um Congresso, para lá dos seus temas, é uma oportunidade para o encontro de pessoas e a partilha de experiências. Bem a propósito, Manuel de Lemos dá o mote para o Congresso da UMP com uma entrevista de fundo. Da estratégia que preconiza para os próximos tempos, à relação com o Estado, ao diálogo com as entidades sindicais, entre outros assuntos, o presidente da UMP não se furta a dar respostas.

Conhecer outras realidades permite uma visão mais ampla e pode motivar, ainda mais, a ajudar quem precisa, numa terra a que nos unem ligações históricas. Perceber que há sempre alguém mais necessitado e a quem a solidariedade mais diferença pode fazer é, porventura, um dos reflexos naturais da difícil, mas inspiradora história recente da Misericórdia de São Tomé e Príncipe. Iniciativas como o banco de leite figuram num leque de projetos meritórios que fazem chegar misericórdia a cerca de três mil pessoas. Na "ilha onde falta tudo", todo o nosso contributo será importante, a título individual ou institucional.

Também nesta edição, vamos a Alcanede, onde um projeto de inovação social merece atenção; passamos por Santarém, onde se realizaram as primeiras Jornadas de Saúde da Misericórdia; damos a conhecer o trabalho feito junto de mais 50 Misericórdias, a propósito da inventariação do património; e divulgamos as VIII Jornadas de 'Museologia nas Misericórdias', realizadas em Amarante.

Por fim, natural referência aos 10 anos da primeira Lei de Bases da Economia Social. Assinalar o marco que representou, refletir sobre a necessidade da sua revisão, agir sobre os desafios de sustentabilidade que se colocam às organizações, defender um estatuto fiscal mais favorável, são, com certeza, bons motivos para a efeméride. VM

EM AÇÃO

Fundão

Pianistas premiados em concurso

Três alunos da Escola Básica das Tílias e da Academia de Música e Dança do Fundão, da Misericórdia do Fundão, conquistaram dois terceiros e um quarto lugar num concurso nacional de piano. Carminho Garcia, Francisca de Paula e Diogo Matos têm oito anos de idade e são alunos da professora Olga Silva, que os desafiou a concorrerem ao 13º Concurso Nacional Pequenos Galitos, realizado em Barcelos.

Cuba

Resgatar memórias com fotografias

Proposto pela assistente social Bianca Correia, o projeto 'Retrato: Um olhar além do tempo', da Santa Casa da Misericórdia de Cuba, visa resgatar memórias através de fotografias. Segundo nota da instituição, o projeto está a ser desenvolvido junto dos utentes do serviço de apoio domiciliário e consiste na elaboração de um álbum de lembranças, com fotos de momentos únicos e pessoas especiais.

Celebrar dez anos da Lei de Bases da Economia Social

Representantes do setor social e dos órgãos de soberania reuniram-se no Parlamento para celebrar dez anos da Lei de Bases da Economia Social

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Parlamento Na sessão evocativa dos dez anos da Lei de Bases da Economia Social, os representantes do setor e dos órgãos de soberania presentes reconheceram o dinamismo e afirmação da economia social na sociedade, nos últimos anos, e destacaram a necessidade de rever o quadro legal em vigor e de criar um estatuto fiscal específico para estas entidades. A cerimónia presidida pelo anfitrião da "casa da democracia", Augusto Santos Silva, na biblioteca da Assembleia da República, ficou ainda marcada pela apresentação da versão revista do livro "Uma História da Economia Social", de Álvaro Garrido, e pela homenagem a figuras ligadas à elaboração e aprovação da lei no Parlamento, como Maria José Nogueira Pinto, coautora do projeto de lei, e os subscritores da iniciativa Marco António Costa e Pedro Mota Soares, presentes na sessão.

Dando as boas-vindas aos presentes, Augusto Santos Silva recordou o momento da aprovação da lei por unanimidade no Parlamento, num "contexto de grande divisão política", que permitiu "não só atualizar o quadro normativo como também abrir novas possibilidades para o desenvolvimento e visibilidade da economia social no espaço público e sociedade portuguesa".

Refletindo sobre a história e doutrina do setor, o presidente da Assembleia da República considerou a economia social "uma das formas mais modernas de organizar o sistema económico e um ingrediente indispensável numa economia social de mercado desenvolvida".

Dez anos após a entrada em vigor da Lei de Bases da Economia Social (Lei nº 30/2013 de 8 de maio), a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social frisou a necessidade de "nos voltarmos a unir para avaliar, adequar e corrigir a lei de bases, de modo a lançar novos pilares para o reforço da economia social atual, onde se destaca a questão da empresa social, reivindicada por muitos, e este caminho de convergência em torno de um estatuto fiscal da economia social, identificado por todos como crítico".

Em relação a esta necessária adaptação legislativa, o presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) aceitou o repto deixado por Ana Mendes Godinho e mostrou-se disponível para "colocar em cima da mesa um processo de reflexão acerca da eventual revisão da lei", com os representantes do setor social e solidário. Para Eduardo Graça, "quanto mais se aprofundam os processos que resultam da aprovação de leis como esta mais se encontram omissões e erros que consideramos menos apropriados à realidade que se nos coloca. Considero haver condições para resolver um ponto que está em falta, do estatuto fiscal da economia social, com todas as variações necessárias atendendo às várias famílias".

Pronunciando-se sobre esta matéria, Manuel de Lemos defendeu, em representação da Confederação Portuguesa de Economia Social

Economia social A sessão evocativa da Lei de Bases teve lugar na biblioteca da Assembleia da República e foi presidida por Augusto Santos Silva

(CPES), que preside desde fevereiro de 2022, a revisão do documento legal e a implementação de "mecanismos que permitam reforçar a sustentabilidade das organizações, nomeadamente um estatuto fiscal mais favorável".

Alertando para a "descapitalização do setor da economia social e danos evidentes na estrutura da sustentabilidade das instituições", devido aos efeitos da guerra, inflação e pandemia, o também presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) destacou ainda a necessidade de "o Estado e o Parlamento se debruçarem sobre a nossa realidade para cumprir na plenitude o que está consagrado na lei de bases, sobretudo o fomento da economia social".

Neste contexto, apelou à necessária reformulação do Conselho Económico e Social de modo a "criar condições para que a Confederação Portuguesa de Economia Social seja vista como ator e agente fundamental dessa reformulação passando a integrar a comissão permanente da concertação social".

A este momento de reflexão, seguiu-se um concerto de guitarra clássica.

Covilhã

Residência vai acolher 74 pessoas

A Misericórdia da Covilhã vai ter uma nova resposta social, uma residência sénior para 74 pessoas com doença neuro degenerativa. Esta resposta integrada destina-se a maximizar a qualidade de vida, autonomia e segurança dos residentes e irá funcionar onde era o antigo hospital da Covilhã. Segundo nota, a Misericórdia receberá um montante de investimento público como resultado de candidatura para requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais.

Almeirim

Assegurar apoio aos peregrinos

A Santa Casa da Misericórdia de Almeirim acolheu no seu recém-inaugurado 'Abrigo Solidário' vários grupos de peregrinos de Fátima no princípio do mês de maio. Os caminhantes eram oriundos de vários pontos do país: Alcáçovas, Ferreira do Alentejo e Loulé. A instituição recebeu ainda um grupo de peregrinos de Beja que alojou no Lar de S. José, garantindo que todos tinham um espaço para descansar na sua jornada.

Nova fase do inventário em quase 50 Misericórdias

Inventário Ao todo, a equipa do Património Cultural já inventariou 150 Misericórdias

A nova fase de inventário, realizado pelo Gabinete do Património Cultural da UMP, já abrangeu perto de meia centena de Misericórdias

TEXTO **DUARTE FERREIRA**

Inventário Com início em agosto de 2020, a nova fase do inventário, realizado pelo Gabinete do Património Cultural (GPC) da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) com o apoio da Santa Casa de Lisboa, já abrangeu perto de meia centena de Santas Casas. Para contar essa história, o VM acompanhou a equipa do GPC numa dessas viagens até Vila de Pereira (Coimbra).

No meio de um ano atípico, a equipa do GPC embarcava numa aventura, sem fim ou destino à vista, que era dar continuidade ao inventário do património móvel das Misericórdias. Começaram por ser 30 os acervos tratados, na região do Alto Alentejo, mas olhando para o mapa hoje, o alcance cresceu até chegar às 50 Misericórdias. Somadas as instituições inventariadas desde o arranque desta iniciativa, em 2000, a UMP já catalogou o espólio de 150 Santas Casas.

O responsável do gabinete, Mariano Cabaço, explica que este aumento foi tornado possível graças à antecipação de rentabilizar "algumas deslocações, preparando processos para inventariar mais um conjunto significativo de Misericórdias".

A igreja da Misericórdia de Vila de Pereira, visitada pela equipa do GPC, foi alvo de obras de restauro apoiadas pelo Fundo Rainha D. Leonor, um processo no qual foi redescoberta uma parte do espólio da instituição. "As Misericórdias inventariadas têm uma nova consciência de preservação do património", destaca Mariano Cabaço. Após uma primeira visita para inventariar o espólio de Vila de Pereira, a equipa compreendeu que, dado o volume de trabalho, iria ter de regressar.

À segunda viagem, o VM acompanhou-os numa jornada em que estiveram concentrados no património reunido numa só sala, anexa à igreja. Entre material de farmácia e algumas figuras de culto, foi um baú fechado que esteve na origem da maior surpresa do dia, pois escondia nele inúmeros têxteis com diferentes finalidades, estando todas por inventariar.

É o tipo de grande surpresa que pode surgir numa pequena Misericórdia, aponta o responsável do GPC. Além disso, há já vários "casos em que foram recuperadas determinadas tradições nas próprias Misericórdias", graças à identificação e recuperação de certas peças, o que só reforça a valorização deste trabalho.

Ao longo destes anos de trabalho, foram inventariadas mais de 40 mil peças e efetuadas 25 mil fichas para o património móvel de 150 Misericórdias de norte a sul do país.

MoliCare®
Premium Elastic

HARTMANN

NOVO

Sistema de fixação
Elástico

muda da fralda
20%
mais rápida*

6 níveis de absorção

Publicidade a Dispositivos Médicos. Leia cuidadosamente o rotulagem e as instruções de utilização.
* Die Ergonomy Experten, comparison of the application of conventional incontinence briefs with MoliCare Premium Elastic. Oct. 2015, Dijon, France

Serviço ao Cliente
Tel. 219 409 920

www.hartmann.pt

EM AÇÃO

FRASES

E se tenho pouca paciência para os que querem andar a mudar o passado, também tenho pouca para os que não querem deixar que o presente evolua

Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia na Universidade do Minho
Num artigo do Expresso sobre alteração de linguagem em livros antigos

Em África temos matriarcado, sobretudo na região norte de Moçambique. É um costume tribal, deita fora, é coisa de africano. Mas patriarcado já tem valor. Que machismo é esse?

Paulina Chiziane
Escritora moçambicana que recebeu o prémio Camões 2021
Durante a cerimónia de entrega do galardão

FOTO DO MÊS

Por ***Misericórdia de Vila Verde***

VILA VERDE
PEREGRINAÇÃO PARA REUNIR TRABALHADORES

Para celebrar o Dia do Trabalhador, 1 de maio, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde reuniu mais de uma centena de trabalhadores para uma peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, com passagem pelo Santuário do Bom Jesus de Braga. Segundo o provedor Bento Morais, que também participou na iniciativa, foram partilhados "momentos de fé, convívio, amizade, cumplicidade e oração". Em nota enviada ao VM, o dirigente também destacou que foram feitas orações "pela paz, pelos colaboradores, dirigentes, famílias, utentes, doentes, crianças e todos os que fazem parte da nossa instituição".

O CASO

Nova linha de crédito para setor social

Financiamento Teve lugar, no dia 3 de maio, a cerimónia de contratualização de uma nova linha de crédito ao setor social e solidário. Com uma dotação de 120 milhões de euros, a iniciativa permite às instituições sociais candidatarem-se a um financiamento máximo de 1,5 milhões de euros, por um prazo de dez anos, extensível até aos 15. A gestão da nova linha é do Banco Português de Fomento e foram 16 as instituições de crédito e sociedades de garantia mútua que assinaram o protocolo.

Os destinatários são todas as entidades da economia social, com estatuto de instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, localizadas em território nacional, com atividade principal enquadrável e apresentem uma situação líquida positiva no último balanço aprovado, ou uma situação regularizada em balanço intercalar até à data da respetiva candidatura. As entidades devem ainda ser outorgantes de convenção coletiva de trabalho, "recentemente celebrada e/ou revista, há menos de três anos, ou que se encontre em fase de negociação".

"Esta nova linha de crédito é criada com o propósito de apoiar as entidades da economia social, tendo em conta o atual contexto social e económico resultante da subida dos custos com a energia", referiu Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que usou da palavra depois de Maria Celeste Agrellos, presidente do Banco Português de Fomento.

Para o presidente da União das Misericórdias, a nova linha de crédito é algo que vem ajudar as instituições, mas é necessária cautela. "É uma linha que andávamos a pedir há muito tempo. De alguma maneira, o parceiro, em nome de todas as organizações representativas do setor social e solidário, foi a União das Misericórdias porque temos uma excelente equipa nessa matéria e conseguimos fazer um bom trabalho". VM

Os destinatários da iniciativa são todas as entidades da economia social, com estatuto de instituições particulares de solidariedade social

TEXTO **VASCO SILVA**

Manuel de Lemos

‘Estado tem de assumir a sua responsabilidade’

Em entrevista ao VM, o presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel de Lemos, refletiu sobre os principais desafios das Misericórdias na atualidade e apontou caminhos de futuro

TEXTOS **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**
FOTOGRAFIAS **DUARTE FERREIRA**

Nas vésperas do congresso, o presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) refletiu sobre os principais desafios das Misericórdias na atualidade e apontou caminhos de futuro, onde a qualidade é marca distintiva de uma ação de proximidade que continua mais viva que nunca. Otimismo, ponderação e rigor numa conversa marcada pela cooperação com o Estado, novos modelos de resposta aos seniores, a necessária articulação entre segurança social e saúde e a recandidatura às eleições dos novos corpos sociais da UMP. Na entrevista ao VM, Manuel de Lemos deixa ainda o convite para o 14º Congresso Nacional, de 1 a 3 de junho, para “vir à capital dizer aos atores políticos que estamos aqui com a força da nossa história, com a dignidade da nossa presença e com capacidade de evolução para continuar a cumprir a nossa missão”.

Numa lógica de proximidade, tem ido ao terreno conversar com os provedores e ouvir as suas preocupações, que se relacionam sobretudo com a gestão diária e dificuldades de tesouraria. Quais são os maiores ganhos deste contacto?
Sempre fiz contacto de proximidade, mas a pandemia forçou-nos ao isolamento e ao distanciamento nos últimos dois anos. Por isso, logo que foi possível, quis regressar ao terreno para perceber o que tinha mudado e como é que as pessoas se sentiam. Encontrei uma dificuldade generalizada na tesouraria das Misericórdias, mas encontrei também uma vontade enorme de continuar a trabalhar. Uma das coisas que me tocou muito foi constatar que, por todo o lado, há novos projetos e iniciativas. Há um movimento evidente de retoma, com uma consciência clara do que esta pandemia causou nas pessoas. Sempre que visito um distrito venho com uma sensação positiva porque, mais do que as enormes dificuldades, manda a vontade de continuar a servir.

Nessas visitas tem dito que a nossa responsabilidade é cooperar com o Estado. Como tem evoluído esta cooperação nas principais áreas de atividade das Misericórdias?
Ao longo de 525 anos de história, as Misericórdias financiaram-se na comunidade, através de rendas de património, cortejos de oferendas, touradas, etc. O Estado social, e mais tarde o Pacto de Cooperação, veio promover-nos a parceiros indeclináveis do Estado. Já éramos parceiros porque ajudávamos as pessoas, mas a nossa parceria transformou-se na medida em que o Estado passa a confiar-nos, até por norma constitucional, a execução de muitas das políticas públicas, todas no âmbito das respostas sociais e muitas na área da saúde e educação, só para falar nas três grandes áreas. Depois, temos ainda a nossa responsabilidade institucional, que tem a ver com a nossa identidade, de recuperar o património. Neste sentido, o que eu tenho dito é que nós, para cumprirmos a cooperação, o Estado tem de assumir a sua responsabilidade que é financiar devidamente as respostas sociais, sempre no mínimo de 50%, naquelas em que há comparticipação das famílias, que é o que está na atual redação do Pacto e que o Estado não cumpre.

No âmbito desta cooperação, que impacto teve a atualização do Pacto?
A primeira versão do Pacto foi um instrumento de definição desta cooperação, mas, naturalmente, por haver pouca experiência, foi um documento muito programático e pouco comprometedor, sobretudo para o Estado. Agora, nesta nova versão, fixámos melhor a responsabilidade do Estado quando, pela primeira vez, acordamos que deve haver uma repartição equitativa de custos, ou seja, no mínimo 50%.

Financiamento à parte, quais têm sido as principais dificuldades neste diálogo com o Estado?
Um aspeto onde a cooperação tem falhado redondamente é na relação com o Ministério da Educação, na área do pré-escolar. Do lado da segurança social temos encontrado ministros que, com a sua idiossincrasia própria, são capazes de ter diálogos interessantes connosco. Na saúde, apesar dos solavancos, estamos numa fase positiva. Na educação, a relação com o Estado tem sido uma tragédia. E não estou a falar deste governo em particular porque a posição mantém-se. O Estado quer para si a gestão da educação das crianças, mas depois não é capaz de o fazer e entrega-nos essa tarefa sem a financiar, o que é terrível para a nossa sustentabilidade, mas ainda é pior para as crianças e as suas famílias.

A UMP está a preparar um estudo sobre os custos médios das respostas sociais e de saúde para apoiar as negociações com o governo. O que nos pode adiantar sobre este projeto?
Não podemos comprometer o Estado a pagar 50% dos custos das respostas se não soubermos qual é esse custo. Para isso, temos de ter custos médios, que sabemos que são sempre aproximados, com variantes do interior para o litoral, do norte para o sul, dos grandes centros urbanos para os pequenos. Num primeiro momento, dada a proximidade das negociações, foram selecionadas 120 Misericórdias, o que já é uma amostra significativa.

Um dos maiores custos na gestão das instituições são os trabalhadores. Qual é o caminho possível no que diz respeito à valorização de recursos humanos?
Em organizações como as nossas, os recursos humanos são o maior património. Não somos uma fábrica, somos pessoas que lidam com pessoas e isso exige uma grande qualificação dos nossos profissionais, que só é possível se lhes pagarmos bem. Os alcatruzes da vida obrigaram esses trabalhadores a ir para outros lugares, fomos ficando sem colaboradores e hoje temos um vazio de recursos humanos. Por isso, recorremos cada vez mais a cidadãos de outras nacionalidades. Porque pagamos mal e porque nas zonas do interior há um enorme êxodo dos jovens. Mas talvez seja possível fixá-los e a forma de o fazer é pagando-lhes melhor, até onde for possível, para manter a instituição

Continue na página 10 ►

► *Continuação da página 8*

a funcionar com qualidade. E a qualidade tem de ser uma marca distintiva da nossa ação. As Misericórdias não só cuidam como têm de cuidar bem. De outra maneira ficam iguais a qualquer outro prestador.

Qual é o balanço que faz das recentes negociações com os sindicatos?
Estamos num momento de viragem com os sindicatos. Alguns têm forte ligação ao dia a dia das vicissitudes políticas e, às vezes, fazem condicionar isso nas negociações. Por outro lado, os sindicatos também têm de ser responsabilizados na qualificação das pessoas. Não é só exigir mais direitos e garantias, têm de garantir esses direitos em direção ao melhor cumprimento da sua função. E o tempo é inexorável para quem não cumpre as suas funções.

O cumprimento dessa função depende da capacidade de os próprios sindicatos perceberem a realidade das Misericórdias e de fazerem pressão junto do Estado?
Com certeza e isso tem marcado as reuniões onde tenho estado. O problema é que pagamos tão mal que permitimos que nos digam que é preciso pagar mais e nisso todos estamos de acordo. Mas a nossa capacidade financeira não nos tem permitido pagar mais e, nesse sentido, os sindicatos têm de ser os nossos maiores aliados. Já tive, aliás, ocasião de dizer a alguns responsáveis sindicais que a luta não é connosco. A luta tem de ser com quem não cumpre. Cada parte tem de assumir a sua responsabilidade.

‘Economia social no centro das decisões’

Na semana em que se assinalam os 10 anos da Lei de Bases da Economia Social, qual é o balanço que faz em termos de afirmação do setor?
Tenho *mixed feelings*. Por um lado, tenho a noção que a lei de bases foi um reconhecimento muito importante. Por outro lado, o setor social ainda não conseguiu encontrar a união entre as diversas famílias para prosseguir um objetivo mais comum. Estamos perante um processo, que dará um salto quando a economia social for parceira da concertação social. Vou dar um exemplo, o governo tem insistido e bem no trabalho digno, mas tudo isso foi discutido no seio da concertação social e à margem das instituições da economia social, porque não estamos lá representados. O que foi uma pena porque tenho a certeza que as nossas equipas, seja da família solidária, cooperativa ou outra, teriam enriquecido esse debate. Por isso aceitei ser presidente da Confederação Portuguesa de Economia Social e tem sido parte do meu trabalho tentar influenciar para que a necessária reestruturação do Conselho Económico e Social aconteça e nos coloque a nós também nesse órgão fundamental.

Foi também isso que referiu recentemente no lançamento do Centro para a Economia e Inovação Social.
Tudo isto são passos. Em Espanha, a designação do ministério é ‘Trabalho e Economia Social’ e isso faz toda a diferença. A ministra espanhola referiu que o cerne da Presidência do Conselho da União Europeia, que inicia em julho, é a economia social, enquanto economia que pode reconduzir a Europa ao desenvolvimento e à liderança, não só de projetos económicos, mas também de bem-estar social, que é a marca de água em relação aos outros blocos económicos. É um desafio fantástico que precisa de muito equilíbrio, ponderação e conhecimento e tenho na equipa da Confederação Portuguesa pessoas com essa capacidade.

A este nível, está também a ser estudada uma nova versão do estatuto das IPSS. Que alterações poderá trazer e que mais-valias poderão decorrer dessas alterações?
Estes documentos são sempre evolutivos, não podem mudar todos os anos, mas sendo de 2014, é bom revê-lo em 2024 ou no final de 2023 porque em 10 anos muda muita coisa. Há coisas que para nós são fundamentais. Para mim, talvez a mais importante seja mudar a forma como o Estado paga aquilo que é devido. O Estado classifica estes valores como subsídios à exploração e nós consideramos que são copagamento a serviços prestados. Isto muda tudo e legitima o tal exercício que estamos a fazer, do Pacto em relação à comparticipação do Estado. Outras questões importantes são a limitação dos mandatos, que tem de ser debatida por nós, e a remuneração dos dirigentes, em relação à qual é necessário estabelecer regras claras e transparentes. Outro aspeto mais delicado, em relação ao qual penso que há um sentimento homogéneo, é a definição de limites da tutela, em relação à atuação das fiscalizações. Tudo isto são matérias claras de Direito e, portanto, precisamos de nos socorrer de juristas que nos ajudem a estabelecer estas questões.

Neste quadro de mudanças, falando da relação com a tutela, o que vai mudar com a descentralização de competências para os municípios?
Eu tenho dito muitas vezes, mas entendo que nem todos me sigam no pensamento, que a Europa é a Europa das comunidades e das regiões, é a Europa das municipalidades. A Europa fez-se disso e construiu-se à volta disso. O ideal de Europa não é à volta de países muito centralizados e esta descentralização também tem de chegar às políticas do setor social. Precisamos é de o fazer com muito cuidado e segurança. Vamos ver como é que ela funciona e se as autarquias estão preparadas para isto. As Misericórdias nasceram nas comunidades e é nas comunidades que têm de se desenvolver. Temos de mostrar, pela competência e obra feita, que somos insubstituíveis.

‘Temos de ser capazes de liderar a mudança’

A UMP tem vindo a promover reflexões e diagnósticos a propósito de um novo modelo de resposta aos seniores em Portugal. O que falta fazer para implementarmos este modelo?
A responsabilidade, mais uma vez, é do Estado. Nós cooperamos com o Estado e uma das formas de cooperar é apontar caminho. Em relação ao idadismo, temos partido para dois conceitos base: a longevidade e o envelhecimento. Na longevidade, temos pessoas com mais de 65 anos, que são completamente autónomas, intervenientes e ativas na sociedade, como é o caso do nosso Presidente da República ou de Joe Biden. E depois temos aqueles que progressivamente vêm acumulando fragilidades. Portanto, temos de ter aqui dois planos: um de envelhecimento ativo e outro para as pessoas que precisam do nosso apoio. Neste momento, a grande linha é deslocar o pivô da institucionalização para o apoio domiciliário, o que exige mais recursos e só tem sucesso se gerar confiança nos utentes e

UMP Manuel de Lemos é o terceiro presidente a assumir a liderança das Misericórdias

nas suas famílias. Depois, vão aparecer cada vez mais respostas inovadoras, como o cohousing, e vamos assistir, a prazo, a uma migração dos lares para a área da saúde ou para aquilo que podemos chamar de cuidados continuados do futuro.

Qual pode ser o nosso maior contributo neste quadro de mudança?
O problema dos idosos é seguramente o maior problema social que temos em Portugal. Não só em número, mas também em prestação de cuidados. As coisas estão a mudar e nós temos de estar na liderança dessa mudança, não para sermos os líderes, mas porque sabemos cuidar melhor das pessoas e temos essa responsabilidade. O primeiro lugar conquista-se todos os dias, com trabalho, reflexão e ponderação. Temos de ser capazes de fazer diferente e de acompanhar a evolução. Quando o Estado nos diz que vamos colocar em cada lar um balcão SNS 24 e criar uma rede de apoio ao setor, eu acho fantástico. Mas vamos ver como funciona e se funciona. Se vamos continuar a migrar para a saúde, então é fatal que tenhamos médico e sobretudo que tenhamos um rácio diferente de enfermeiros. O mundo está a ir nessa direção e tem de haver alguém, que naturalmente é a UMP, técnicos e investigadores, que olhe para isso para conseguirmos liderar a mudança, não porque somos os primeiros, mas porque somos os mais capazes.

Qual é a importância do Balcão SNS 24 e do Bata Branca nesta articulação necessária entre a saúde e segurança social?
É um passo dessa articulação. Mas não são só coisas boas, é uma mudança de paradigma, e todas as mudanças levam a receios. Mas provavelmente é o caminho que vamos trilhar e de alguma maneira o Ministério da Saúde está a assumir a sua responsabilidade em sede de SNS.

> ‘Estamos aqui com a força da nossa história’

2023 vai ser um ano de congresso nacional. O que podemos esperar desta edição?
Nós resolvemos fazer o congresso em Lisboa, desde logo como homenagem a todas as Misericórdias e a todos os trabalhadores pela forma como lidaram com este flagelo terrível que foi a pandemia. Portanto, nada melhor do que vir a Lisboa dizer que estamos cá há 525 anos, mas temos a atualidade e a modernidade de uma instituição criada anteontem. E como Portugal é um país ainda muito centralizado, vamos à capital dizer aos atores políticos que estamos aqui com a força da nossa história, com a dignidade da nossa presença e com a capacidade de evolução para continuar a cumprir a nossa missão de ajudar quem precisa, independentemente da cor, ideologia e credo. Podíamos fazê-lo em muitos sítios, mas achámos que em Lisboa tinha um significado especial. É importante a presença maciça de todos e gostávamos que o congresso decorresse num espírito de paz e harmonia, sem prejuízo de opiniões diversas, mas em que as instituições pudessem mostrar e dar conta da sua atualidade.

No tema do congresso temos presente a ideia ‘projetar o futuro’. Que pistas para o futuro gostaria de projetar para as Misericórdias e para a União?
Tem de haver uma linha condutora e essa linha é a nossa identidade e a nossa missão. O que o futuro nos vai trazer é a capacidade de nós, só nós e mais ninguém, sermos capazes de, nesta mudança de ciclo, continuar a afirmarmo-nos, porque se não deixamos de ser úteis. Nós temos essa capacidade.

> ‘Mostrar que este movimento continua vivo’

Desde que tomou posse pela primeira vez como presidente da UMP em 2007, quais foram as principais evoluções e mudanças no trabalho desenvolvido pelas Misericórdias e pela União?
Olhando para trás, a mudança é colossal. As Misericórdias cresceram brutalmente nas respostas sociais. Nos lares, fizemos a mudança para os quartos individuais e duplos, para acabar com as camaratas, e trouxemos nutricionistas, animadores e terapeutas. A entrada na rede de cuidados continuados foi uma coisa fantástica. Os nossos hospitais modernizaram-se e hoje estão todos no nível máximo do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde. Isto fez-se sempre na base do diálogo e da demonstração de melhores respostas sociais para os cidadãos. Com a própria Igreja Católica fomos capazes de negociar um pacto que foi muito importante. A UMP esteve sempre atrás disso, não vou dizer que não. Quando aqui cheguei, havia três ou quatro trabalhadores. Nós formámos os quadros técnicos. Um dos pontos que não fomos capazes de fazer tão bem foi a informação, mas fomos sempre melhorando. Eu lembro-me de dizerem que a União não informava nada e hoje queixam-se do excesso de informação, portanto mudou. É algo que temos de melhorar.

Outro projeto que tem marcado a agenda da relação da UMP com as Misericórdias é a eventual criação de uma fundação. Qual é o ponto de situação deste projeto?
A ideia da fundação vem da circunstância de, ao longo destes 40 anos, a União ter assumido responsabilidades na gestão de equipamentos. Mas esse crescimento não nos pode desviar do apoio às associadas e parece-me que a solução mais adequada é criar uma fundação umbilicalmente ligada às Misericórdias que permita manter esse tipo de respostas e ter uma gestão mais profissional e autónoma desses equipamentos. Tenho lido todas as críticas com muita atenção e não há ideias feitas sobre esta matéria. Há apenas coisas que são menos elegantes, que o tempo vai limpar. Estamos neste processo de sedimentação de ideias e de, no tempo certo, fazermos uma apresentação do projeto. Penso que as Misericórdias estão tranquilas em relação a isso, trata-se de fazer as coisas com calma.

Anunciou recentemente a sua recandidatura à presidência da UMP. Quais são as prioridades para o próximo mandato caso seja reeleito?
Num momento de grandes mudanças, é bom que esteja alguém com experiência para ajudar a mudar. Por isso resolvi recandidatar-me e vou rejuvenescer a minha equipa para nos prepararmos para os próximos desafios. Acredito que ainda posso ser útil às Misericórdias, transmitindo segurança e tranquilidade. Nesse contexto, achei que devia recandidatar-me para fazer aquilo que eu sei fazer, que é ajudar as Misericórdias a ser cada vez mais úteis à comunidade e a mostrar que este movimento de solidariedade, criado no século XIII, em Florença, continua vivo. Por isso aceitei o desafio que muitos provedores me lançaram.

EM AÇÃO

Barcelos

Creche vai aumentar com apoio do PRR

A secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, entregou à Misericórdia de Barcelos, no dia 15 de maio, o contrato de comparticipação financeira que apoia no valor de quase 200 mil euros para remodelação e ampliação de creche. O apoio surge no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e servirá 84 crianças no Centro Social Comendadora Maria Eva Nunes Corrêa, em Silveiros. A entrega do contrato decorreu numa cerimónia em Fátima, onde foram entregues 153 contratos com instituições do setor social e municípios.

SR Bragança

Presença no distrito de Bragança

O presidente da UMP participou, no dia 12 de maio, na reunião de Secretariado Regional de Bragança, que teve lugar na Misericórdia de Vila Flor. No âmbito da mesma deslocação, Manuel de Lemos descerrou um quadro-tributo no Lar de Santa Águeda, da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, em homenagem a todos os trabalhadores que foram fundamentais durante a pandemia de Covid-19.

Toda a ajuda é bem-vinda para melhorar assistência

A Misericórdia de São Tomé e Príncipe está em mais de 35 localidades, onde apoia cerca de 3000 pessoas, desde a infância à terceira idade

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

São Tomé e Príncipe A Misericórdia de São Tomé e Príncipe inaugurou recentemente um lar de idosos na Região Autónoma do Príncipe, financiado por uma campanha conduzida pelo Frei Fernando Ventura. O equipamento acolhe duas respostas sociais, Lar São Francisco de Assis e Centro de Dia Santo António do Príncipe, distribui mais de 60 refeições diárias no domicílio dos idosos e assegura cuidados de saúde aos utentes e comunidade em geral. Para apoiar esta intervenção na ilha, a Santa Casa beneficia de uma parceria com o grupo hoteleiro HBD Príncipe, de donativos de particulares e empresas e do financiamento da cooperação portuguesa.

Mas toda a "ajuda adicional é bem-vinda" para melhorar a assistência prestada à população, numa ilha onde falta quase tudo, conforme lembraram ao VM o provedor Acácio Elba Bonfim e um dos benfeitores da instituição, Frei Fernando Ventura. A contribuição pode ser feita em bens alimentares, medicamentos, voluntariado ou dinheiro, conforme detalham na página web (www.scmstp.com/donativos), mostrando-se igualmente disponíveis para parcerias com as Santas Casas portuguesas, a União das Misericórdias Portuguesas e outras entidades.

"Estamos abertos ao diálogo e partilha de ideias, inclusive em termos de formação e envio de voluntários para apoiar em diversas áreas. Os voluntários que nos chegam de fora são essencialmente portugueses", comentou o provedor, numa videochamada intercontinental, onde detalhou a ampla intervenção comunitária em mais de 35 localidades e 19 projetos, mais de 3500 refeições diárias e 3000 pessoas apoiadas, desde a infância à terceira idade.

Na área da infância e juventude, a Santa Casa dispõe de estruturas ensino pré-escolar e desenvolve atividades de apoio ao estudo (explicações e aulas de informática) para crianças do ensino primário e público juvenil, garantindo ainda duas refeições diárias às crianças que frequentam os jardins de infância. Nalgumas localidades, como Ribeira Afonso, onde a Santa

Solidariedade No âmbito da sua atuação junto da comunidade, a Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe serve cerca de 3500 refeições por dia

Casa acolhe 120 crianças, entre os três e cinco anos, no Centro Social de Apoio à Infância, o apoio alimentar é essencial porque as carências nutricionais são evidentes. "Algumas crianças chegam à escola a desfalecer e precisam muito deste apoio", adiantou o provedor.

O apoio à população idosa, nas duas ilhas, é concretizado no terreno por seis equipamentos (centros de dia e lares), em três distritos de São Tomé (Água Grande, Mé-Zóchi e Cantagalo) e ilha do Príncipe, que levam ainda refeições, água e medicamentos a centenas de pessoas no domicílio. Em muitos casos, o provedor refere que é necessário fazer a distribuição dos bens em roças (comunidades agrícolas) mais remotas, sem saneamento e acesso a água potável.

Em todos estes projetos, o apoio social é complementado por cuidados de saúde (médicos, de enfermagem e acesso a medicamentos) aos utentes que beneficiam diretamente das respostas desenvolvidas, mas também à população das localidades envolventes. O objetivo é colmatar as lacunas existentes na rede de assistência sanitária no país. "Há comunidades onde não há sequer um centro de saúde e as distâncias são muito grandes", referiu o responsável, destacando, como exemplo, a "rede de saúde, nas roças, para atender a pessoas próximas da comunidade e outras mais longínquas sem acesso a saúde básica, como São Nicolau e Platô".

O financiamento destes projetos é assegurado a 80% pela cooperação portuguesa e o valor remanescente, que deveria ser coberto pelo Estado santomense, é reunido a muito custo a partir de donativos de particulares e empresas e ainda com o apoio de organizações parceiras como a Associação Amparo da Criança, que envia regularmente bens alimentares (leite em pó, farinhas lácteas), brinquedos, medicamentos e vestuário, destinados sobretudo às crianças (informações relativas a donativos disponíveis em www.bancodeleite.pt/).

Segundo o Frei Fernando Ventura, responsável pela criação do projeto, em 2010, o objetivo desta entidade, mais conhecida por "Banco de Leite", é colmatar as carências alimentares das crianças no país. "Numa fase inicial, a maior emergência foi conseguir leite em pó, mas enviamos outros bens, apostando sempre nas duas faixas da população mais necessitadas: as crianças e idosos. Nos últimos dois anos e meio pusemos lá 22 contentores".

Para suprir as dificuldades de tesouraria, que de acordo com o provedor são "sempre muitas", a Santa Casa desenvolve ainda outros projetos de turismo social, comércio justo e produção agropecuária (aguarda reativação) que "são uma ajuda, mas representam um grão de areia [no orçamento] de tão exíguos que são". Destaca, como exemplo, a loja social Ossobô onde comercializam produtos de artesãos locais e o serviço de catering, a funcionar no Lar Dona Simoa Godinho, que permitem angariar "receitas extraordinárias".

A par destes projetos, a Santa Casa é responsável pela gestão de uma central de processamento de resíduos, que produz bancadas de cozinha, lavatórios e jazigos, a partir de areia de vidro, dando um "pequeno contributo" para a sustentabilidade ambiental num país onde são deficitárias as infraestruturas de recolha e tratamento de lixo.

Inovação e tradição estão de mãos dadas na mais antiga Misericórdia fora do continente europeu, que emprega mais de 130 pessoas, garante alimento, afetos, cuidados de saúde e educação "geradora de conhecimento e transformadora da sociedade", como se lê no Jardim Paulo Rosário das Neves, a centenas de pessoas a residir nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Apesar das dificuldades sentidas, a equipa liderada por Acácio Elba Bonfim multiplica recursos e fica "feliz quando sente que a intervenção da Misericórdia melhora a vida das pessoas". VM

CATARINA CANDEIAS
Farmacêutica da UMP

Calor e a importância da hidratação

É importante recordar que 2/3 do nosso corpo são compostos por água e uma ingestão hídrica diária adequada é fundamental para garantir o equilíbrio orgânico. Por falta de água, morre-se em poucos dias.

Apesar de não fornecer energia, a água é um macronutriente (necessário em grandes quantidades) que compõe o sangue, linfa e todas as secreções corporais e intervém nos processos de absorção, digestão, metabolismo e excreção. Uma boa hidratação contribui, entre outros, para uma pele saudável, controlo da temperatura corporal e também para a regulação do trânsito intestinal e função renal.

Beber água regularmente é um hábito que deve ser adquirido como parte de uma dieta saudável. A sede surge quando o centro da sede do hipotálamo é alertado pelos osmorrecetores (recetores que detetam alterações na osmolaridade plasmática). Nem sempre a sensação de sede é valorizada e esta vai-se perdendo com a idade, sendo por isso muito importante vigiar a hidratação nos idosos que, por essa razão, têm logo à partida maior risco de desidratação.

Atualmente, na roda dos alimentos a água surge destacada no centro, uma vez que faz parte da composição de todos os grupos; é muitas vezes utilizada para a confeção dos alimentos; e deve adicionalmente ser consumida de forma a satisfazer as necessidades hídricas diárias individuais.

Por dia, pela pele e pulmões perdemos em média 900 ml de água, pela urina e fezes perdemos cerca de 1600 ml. A ingestão diária recomendada pela Direção Geral da Saúde são 1,5L (no mínimo), mas sabemos que esta quantidade varia com vários fatores, nomeadamente, com a idade, tipo de alimentação, atividade física, gravidez, lactação e com a temperatura exterior.

É importante realçar que os alimentos também representam uma importante fonte de hidratação. Legumes e frutos frescos, em cru, contêm valores de água que podem atingir os 90%. Nos alimentos cozinhados, a sopa é uma excelente opção para hidratar, para além de ser a melhor forma para iniciar as principais refeições do dia.

Para quem não aprecia a água, simplesmente pelo gosto, existem outras opções, como infusões, água com rodelas de fruta ou pepino, água com limão e gengibre, pepino ou salsa. Atenção aos rótulos das águas com sabores diversos ou infusões, aparentemente inofensivos, mas que muitas vezes têm elevado teor de açúcar na sua composição. Os sumos naturais poderão ser uma opção, se caseiros e sem adição de açúcar.

E ainda: não confundir hidratação com soft-drinks (a evitar ao máximo). Os refrigerantes têm um elevado teor de açúcar (principalmente xarope de milho rico em frutose ou adoçantes), associando-se à obesidade (sobretudo juvenil), descompensação da diabetes mellitus e síndrome metabólico (a frutose causa, entre outros, aumento dos triglicéridos e ácido úrico no sangue). Não esquecer que o açúcar bebido é pior do que o comido.

Em relação ao pH da água, é mais interessante se for alcalino, em especial no caso de desportistas (pela maior produção de ácido láctico) e em doentes com litíase renal úrica.

Em casos de desidratação importante (como em perdas aumentadas por vómitos e diarreia), para além da reposição hídrica, poderá ser necessário o recurso a sais de hidratação oral, disponíveis em saquetas ou como suplemento alimentar líquido. A antiga "mezinha" do caldo de galinha, nas diarreias, é muito válida à luz da ciência, porque no intestino a glucose é absorvida juntamente com sódio e também com aminoácidos, todos estes presentes na canja (glucose do arroz ou massa, sódio do sal adicionado e aminoácidos da carne de frango/galinha).

A nível hospitalar, para reposição de volume, em situações mais graves, está disponível a fluidoterapia intravenosa, dependendo da situação, com cristaloides (soluções de sais orgânicos e inorgânicos simples dissolvidos em água) ou coloides (suspensões de proteínas e outros complexos orgânicos).

Resumindo, a água é um constituinte fundamental do nosso corpo e para o seu funcionamento saudável a diversos níveis. É importante adquirir hábitos de ingestão de água regular ao longo do dia e não estar simplesmente à espera da sensação de sede. Para além da água, saiba escolher o que comer para se hidratar, mas acima de tudo não se esqueça: "A água é matéria e matriz da vida, mãe e meio. Não há vida sem água" (Albert Szent-Gyorgyi). VM

PGRM

Obra Financiada pelo PRR, empreitada vai criar novas realidades de apoio aos idosos

Obra ajudará à reabilitação do Funchal

Funchal A Santa Casa da Misericórdia do Funchal está a construir um complexo social que vai integrar estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia, residências assistidas e uma área de serviços de saúde para reabilitação física de idosos. O projeto foi apresentado, no fim de abril, numa cerimónia em que esteve o presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque.

Com inauguração prevista para o primeiro semestre de 2025, a empreitada implica a remodelação, ampliação e adaptação do atual Lar Santa Isabel, como também a reconversão das antigas instalações da Escola das Mercês.

Durante a apresentação do projeto, que decorreu na sede da Misericórdia do Funchal, Miguel Albuquerque fez questão de elogiar o trabalho que a instituição vem desempenhando em prol da solidariedade social, tendo salientado a importância deste investimento para a revitalização da cidade do Funchal.

"Trata-se de um projeto muito importante para a região, que tem várias vantagens. A primeira é ser uma infraestrutura social de apoio aos mais idosos. Em segundo lugar, será construída no centro histórico da cidade e ajudará à reabilitação do Funchal", afirmou o governante madeirense.

O novo complexo social vai ser erguido com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O investimento total ascende a 9,9 milhões de euros e, depois de inaugurado, vai passar a disponibilizar 115 vagas: 65 novas e 20 remodeladas em ERPI, assim como 30 novas vagas no centro de dia, o que perfaz um total de 115 vagas para apoiar a população idosa.

Segundo o provedor da Misericórdia do Funchal, Jorge Spínola, a obra também contempla a construção de "cinco apartamentos em que casais com mais de 65 anos poderão viver, com serviços assegurados pela Santa Casa. VM

TEXTO **RAUL CAIRES**

Vila do Conde

Utente na seleção de futsal

Um atleta do centro de apoio à pessoa com deficiência da Misericórdia de Vila do Conde, em Fajozes, foi convocado para integrar a equipa da seleção nacional de futsal para pessoas com deficiência intelectual. O atleta irá participar na sexta edição dos Jogos Globais Virtus, na cidade francesa de Vichy, onde mais de 50 países estarão presentes neste que é o maior evento desportivo mundial para atletas com deficiência intelectual.

Rádio

Participação em programa de rádio

A unidade de cuidados continuados da Misericórdia do Entroncamento convidou a sua congénere da Chamusca a participar no programa 'Um Outro Olhar', emitido através da rádio Voz do Entroncamento. O programa contou com a participação de dois utentes da Santa Casa da Chamusca – o Sr. Fernando e a D. Manuela – que durante a emissão, que decorreu a 18 de maio, falaram sobre as suas memórias da tradicional Feira da Ascensão.

Conhecer os rostos por trás da missão

Dando continuidade ao périplo que tem feito pelo país, o presidente da UMP visitou as Misericórdias do distrito de Évora

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

SR Évora No início de maio, o presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) rumou ao distrito de Évora para conversar com os provedores, conhecer os rostos que concretizam a missão no terreno e partilhar estratégias de trabalho. Nesta incursão pelo Alentejo, marcada pela chegada do calor e muitos quilómetros na estrada, Manuel de Lemos visitou Alcáçovas, Portel, Reguengos de Monsaraz e Alandroal, no primeiro dia, terminando com uma reunião de Secretariado Regional no Redondo.

À chegada a Reguengos de Monsaraz, sob o sol escaldante, o presidente da UMP fez um "balanço muito positivo" das visitas a equipamentos sociais, de saúde e espaços culturais das Misericórdias, no período da manhã. "Estou muito impressionado pelo trabalho das Misericórdias. Vimos em Alcáçovas um conjunto de lares muito interessante, outro lar mais pequeno, que é a evolução do centro de noite, e depois em Portel estivemos no lar, na unidade de cuidados continuados, na igreja e ainda passámos no antigo centro de saúde, que poderá vir a ter nova utilização. Surgem sempre ideias novas no decorrer destas visitas".

Em cima da mesa, na reunião de trabalho acompanhada pelo VM em Reguengos de Monsaraz, estiveram questões como o financiamento do Estado, a contratação coletiva, o acesso a fundos públicos e aspetos técnicos relacionados com o funcionamento das respostas sociais.

Estudo sobre gestão e sustentabilidade

Estudo sobre sustentabilidade, governabilidade e práticas de gestão nas Misericórdias de Évora foi apresentado no dia 16 de maio

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Estudo As Misericórdias do distrito de Évora estiveram reunidas, no dia 16 de maio, na apresentação de um estudo sobre sustentabilidade, modelos de governabilidade e práticas de gestão nas Santas Casas, desenvolvido por Ana Granjeia Costa, investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (Universidade de Évora) e diretora do núcleo das prestações do Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Évora. A sessão decorreu no âmbito da visita do presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Manuel de Lemos, às Santas Casas do Secretariado Regional (SR) de Évora e contou também com a presença do diretor do CDSS de Évora, José Ramalho.

Na abertura do encontro, a autora apresentou a investigação como um "diagnóstico e um instrumento de trabalho" para as organizações do distrito em foco, elencando como principais desafios a capacitação da gestão de topo, a qualificação de recursos humanos, a diversificação das fontes de financiamento e a prestação de contas efetiva e transparente.

Refletindo sobre os modelos de gestão e de governabilidade das organizações, que considera "dinâmicos" e com diferentes níveis de participação e acesso à informação (democrático-participativo, autocrático-rígido e em transição), Ana Granjeia Costa destaca a necessidade de "apostar na capacitação de topo", seja pelo "caminho da profissionalização dos dirigentes, seja pela criação de uma direção executiva intermédia". Na amostra analisada, os decisores de topo são maioritariamente de vínculo voluntário (80%), formação académica superior (80%), idade entre os 45 e 65 anos (60%) e significativa longevidade na função (média de 12 anos).

No que respeita à gestão de recursos humanos, o recrutamento é a dimensão que assume maior relevância, destacando-se dificuldades na contratação de profissionais, como ajudantes de ação direta, devido a uma "remuneração média global que não se afigura atrativa". Neste âmbito, a formação desta categoria profissional, em áreas como geriatria, é a principal necessidade identificada.

Outro aspeto apontado como determinante para a sustentabilidade é a diversificação das fontes de financiamento e a criação de receitas próprias, para fazer face a fontes públicas, que se revelam insuficientes, a que se juntam as baixas comparticipações de utentes e familiares.

Comentando esta dificuldade, o diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Évora defendeu maior responsabilização das famílias e assumiu como inevitável a cooperação com o Estado nesta missão de cuidar dos mais frágeis. "Acredito muito no movimento das Misericórdias. É um trabalho de 500 anos e é essa mesma história que estamos aqui a recordar, enaltecendo os homens e mulheres que souberam pensar e continuar esta obra e para a qual o Estado está naturalmente convocado".

Ao fraco envolvimento das famílias, junta-se o subfinanciamento crónico das respostas sociais, por via das comparticipações públicas, conforme alertou o presidente da UMP. Segundo Manuel de Lemos, "o Estado e os governos nunca financiaram devidamente as respostas sociais e isso agravou-se muito nos últimos anos, devido à inflação, guerra e pandemia".

Neste contexto, defendeu a diversificação das fontes de financiamento e a responsabilização equitativa do Estado na comparticipação dos serviços prestados, que devem ser considerados "prestação de serviços e não subsídios à exploração". Destacou, por fim, a necessidade de apostar na formação dos trabalhadores e no pagamento de "salários mais justos", para garantir a valorização dos serviços e dos recursos humanos.

Os resultados deste estudo podem ser consultados na tese de doutoramento "A sustentabilidade das organizações sociais no contexto da economia social: o caso das Santas Casas da Misericórdia", que envolveu 15 instituições do distrito de Évora.

Presidente da UMP e diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Évora também assistiram à apresentação do estudo

Na sala decorada com as caricaturas de Apeles Demóstenes Espanca (irmão da poetisa), doadas à Santa Casa, o provedor anfitrião, que também é presidente do Secretariado Regional de Évora, expôs ainda a sua preocupação com a baixa comparticipação das famílias e utentes e sublinhou a necessidade de valorizar e melhorar as condições salariais dos trabalhadores.

"Na estrutura residencial para idosos, as comparticipações das famílias e as reformas dos idosos são muito pequenas. Das 13 respostas em funcionamento, só tenho quatro positivas. Apenas a deficiência está a verde", revelou Manuel Galante, momentos antes de convidar a conhecer as instalações do lar residencial e centro de atividades e capacitação para a inclusão (CACI).

Um lugar de sorrisos e cor, onde se transformam as adversidades em oportunidades, através de ateliês artísticos e atividades de integração na comunidade. Ao chegar ao pátio, os utentes e a equipa do CACI mostram as suas obras de arte em papel, tecido e outros materiais e oferecem alguns exemplares aos visitantes. "Temos aqui monitores com 30 anos de casa, que são uma grande mais-valia. Eu sou suspeito, mas eles são uma equipa espetacular. E a melhor avaliação que nós temos são os sorrisos e boa disposição dos utentes", reconheceu o provedor e presidente do Secretariado Regional de Évora.

Daqui seguimos viagem até Alandroal, onde fomos recebidos pela provedora e o tesoureiro da instituição. Após os cumprimentos iniciais, Manuel de Lemos explicou o motivo da visita à região: "depois dos confinamentos, estou a retomar contactos e a conversar com as pessoas".

Com este mote, Maria Dulce Gonçalves recordou com os provedores das congéneres os "tempos muito difíceis" em que a doença e a desarticulação entre as diferentes entidades causaram vítimas e perturbaram o normal funcionamento das respostas sociais.

Da Covid-19, a conversa prosseguiu para o acesso a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), as dificuldades de tesouraria decorrentes da inflação e as exigências no cuidado a pessoas com fragilidades crescentes e demências nas estruturas residenciais para idosos.

O primeiro dia de trabalhos terminou com uma reunião de Secretariado Regional, na Misericórdia do Redondo, que contou com a presença de 16 das 22 Santas Casas do distrito. Poucos dias depois, Manuel de Lemos voltou ao distrito para visitar as Santas Casas de Évora, Arraiolos, Azaruja, Montemor-o-Novo e Vendas Novas, tendo ainda assistido à apresentação de uma tese de doutoramento, elaborada por Ana Costa e que envolveu 15 Misericórdias do distrito (ver página ao lado).

O périplo do presidente da UMP teve início em Setúbal e já percorreu Santarém, Beja, Madeira, Leiria, Faro, Guarda e Aveiro.

SOFTWARE MISERICÓRDIAS
ECONOMIA SOCIAL

SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995

- PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA
- ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- QIJ QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE
- US UNIDADES DE SAÚDE
- QTI QUALIDADE 3ªIDADE

PI PLATAFORMA INTEGRADA (WEB)

- ORC MÓDULO ORÇAMENTOS
- UTC UTENTES CT
- CNT CONTABILIDADE ESNL
- GI GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORD ORDENADOS
- REN RENDAS

Há 28 anos a prestar serviços **na área da informática** com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

- **Serviço completo e personalizado** e garantia de satisfação.
- **Demonstrações** grátis e sem compromisso
- **Assistência remota**

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fixa Nacional
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para Rede Móvel Nacional
EMAIL tsr@tsr.pt

cantabria labs
DIETICARE NM

Especialistas na Disfagia

Produtos únicos no tratamento de feridas

PRODUTOS INOVADORES E DIFERÊNCIADOS

Consulte o nosso portfólio
www.dieticare.pt

A saúde é a nossa razão de ser

Alimentos para fins medicinais específicos

Suplementos alimentares

Dispositivos médicos

Dietas Personalizadas

Dieticare
R. António Nicolau D'Almeida,
45-2.6 -4100-320 Porto
+351 220 999 612 | +351 220 999 935
geral@dieticare.pt

in @dieticare f dieticare

Novo

Catálogo da exposição temporária

Oito relíquias, Oito santos e Muitas coisinhas

10% DESCONTO | EM NOVIDADES EDITORIAIS

Esta e outras publicações sobre o **Projeto *Reliquiarum***, em **lojadacultura.scml.pt**

Acompanhe as nossas edições e visite-nos na Feira do Livro de Lisboa.

reliquiarum

CULTURA
SANTA CASA Misericórdia de Lisboa

MUSEU SÃO ROQUE

EM AÇÃO

Alvor

Festa para celebrar 104 anos de vida

Uma utente da Santa Casa da Misericórdia de Alvor, Judite Cruz, celebrou recentemente o seu 104º aniversário, num dia de grande festa para a comunidade. A comemoração, que reuniu familiares, dirigentes e trabalhadores, contou com uma atuação no salão de convívio da tuna 'Tocasnada', do Grupo da Universidade Sénior do Instituto de Cultura de Portimão, e um convívio no jardim da instituição.

Amadora

Grupo de trabalhadores rumo a Fátima

Um grupo de trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia da Amadora juntou-se para uma peregrinação a Fátima, ao longo da qual encontraram abrigo com a ajuda de diferentes instituições. O grupo peregrino contou com a ajuda da Misericórdia do Cartaxo e da Misericórdia de Pernes, além dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira, para repousar durante a peregrinação realizada de 143 quilómetros.

Visita é incentivo para continuar o trabalho

No âmbito das visitas que tem feito às Misericórdias, o presidente da UMP, Manuel de Lemos, visitou o distrito de Vila Real

TEXTO **DANIELA PARENTE**

SR Vila Real O distrito de Vila Real recebeu, nos dias 23 e 24 de maio, a visita de Manuel de Lemos, presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), que percorreu as diversas Misericórdias locais.

O périplo pelas instituições começou logo pela manhã em Ribeira de Pena, passando o resto do dia pelas restantes Misericórdias do território do Alto Tâmega e Barroso. No dia seguinte, a visita começou em Mesão Frio e terminou na capital de distrito, em Vila Real.

Essa visita teve como objetivo principal conhecer a realidade das instituições após o período da pandemia de Covid-19. Com cerca de 400 Misericórdias espalhadas pelo país, Manuel de Lemos escolheu, agora, o distrito de Vila Real para se inteirar das situações e desafios enfrentados pelas organizações.

Em declarações ao VM, o presidente da UMP expressou o seu contentamento por estar em Vila Real, uma terra que conhece "há muitos anos" e onde afirma ter "grande estima e reciprocidade com a população local".

"Sinto-me em casa, é muito agradável, mas estamos aqui para trabalhar e para recolher também as sensibilidades e as dificuldades que cada instituição pode ter", explicou Manuel de Lemos.

O presidente da UMP demonstrou entusiasmo ao constatar o empenho das pessoas em encontrar novas soluções e ajudar aqueles que realmente necessitam. No entanto, destacou também as dificuldades enfrentadas pelo envelhecimento da população no interior de Portugal, onde as pessoas vivem mais anos e enfrentam desafios associados a problemas decorrentes da idade avançada.

Neste âmbito, um ponto positivo que Manuel de Lemos ressaltou foi o elevado número de apoios domiciliários encontrados em Vila Real. "Essa realidade permite que as pessoas se mantenham em casa durante mais tempo, o que é extremamente benéfico para elas. É um sinal de que o trabalho realizado pelas Misericórdias está a surtir efeito", rematou.

Durante a visita, Manuel Mesquita, presidente do Secretariado Regional e provedor da Misericórdia de Peso da Régua, mencionou a importância de "obter conhecimento atualizado sobre a realidade das Misericórdias locais".

O responsável enfatizou o gosto de receber o Secretariado Nacional e a satisfação de contar com a presença do presidente Manuel de Lemos. "Esta é uma atualização das realidades juntamente com o Secretariado Nacional. Esta visita é mais um incentivo para continuarmos

o nosso trabalho em prol das Misericórdias do distrito".

Manuel Mesquita também abordou os dois principais desafios enfrentados pela região: "O envelhecimento da população e a desertificação, especialmente entre os jovens e adultos".

"É preciso encontrar fórmulas para combater estas dificuldades que vamos tendo. Nos últimos Censos, relativamente há quatro anos, todos os concelhos do distrito de Vila Real perderam população, inclusivamente a capital de distrito, que perdeu quatro por cento, portanto, isso realmente é uma situação que nos preocupa para o futuro", adiantou.

A visita de Manuel de Lemos às Misericórdias do distrito de Vila Real permitiu um diálogo direto com as instituições e uma atualização sobre as suas realidades. Ficou evidente a importância desse tipo de encontro para fortalecer e apoiar as ações desenvolvidas pelas Misericórdias, em especial diante dos desafios enfrentados por uma população envelhecida e o abandono dos jovens.

O périplo do presidente da UMP pelas Misericórdias de Vila Real passou por Peso da Régua, Ribeira de Pena, Cerva, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre, Chaves, Valpaços, Mesão Frio, Sabrosa, Alijó, Murça e Vila Real. VM

Tarouca

Visita do bispo de Lamego

O Lar Nossa Senhora do Socorro, da Misericórdia de Tarouca, recebeu a 10 de maio uma visita do bispo de Lamego, D. António Couto, que celebrou uma eucaristia com a comunidade. Um grande grupo de funcionárias, dirigentes da instituição, voluntárias e crianças do jardim de infância cantaram o Hino da Misericórdia à chegada do bispo, em volta de um belo arranjo floral na entrada do espaço.

Boticas

Sueca para promover convívio

A Misericórdia de Boticas promoveu o primeiro torneio de sueca da instituição. Segundo nota enviada, foi "num ambiente de convívio e bem-estar que utentes e colaboradores entraram numa competição saudável, onde o espírito de equipa e a boa disposição foram constantes". Para o provedor Fernando Campos, que também participou, "o melhor que podemos retirar destas iniciativas é o bem-estar e o convívio entre todos".

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CARLOS JOSÉ BATALHÃO
Advogado especialista em Direito Administrativo

O plano de trabalhos nas empreitadas de obras públicas

O Código dos Contratos Públicos (CCP) exige, no artigo 57.º, n.º 2 alínea b) que, nos procedimentos de formação de contratos de empreitada de obras públicas, a proposta seja constituída designadamente por um plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º, quando o caderno de encargos seja integrado por um projeto de execução (cfr. artigo 43.º), explicando, depois, que tal plano de trabalho se destina, com respeito pelo prazo de execução da obra, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meio (n.º 1 do artigo 361.º).

Parece simples, não é, mas se atentarmos aos litígios que chegam aos vários tribunais administrativos e tentativas de alterar os resultados dos "concursos" (leia-se, procedimentos pré-contratuais) por parte dos "empreiteiros", percebemos que esta é uma matéria que, na prática, se "complicou" e de que maneira...

Aparentemente, até a própria jurisprudência administrativa não tem ajudado, com decisões de sentido distinto, pois tanto tem confirmado a exclusão de propostas em resultado de apresentação de "planos de trabalho" considerados como insuficientemente detalhados (por exemplo, Acórdãos do STA de 14/6/2018, proc. 0395/18, e de 7/4/2022, proc. 01513/20), como tem confirmado a não exclusão de propostas que, embora admitindo que não sejam exaustivamente detalhadas, se julga que cumprem, ainda assim, o objetivo legal de permitir um controlo da execução da empreitada, bem como asseguram o nível de detalhe exigido nos respetivos documentos concursais (por exemplo, Acórdãos do STA de 3/12/2020, proc. 02189/19, e de 237/1/2022, proc. 0917/21).

Como bem explica o STA no recente Acórdão de 14/07/2022 (proc. 0627/20.4BEAVR), esta aparente inconstância – para além da relevância atribuída à circunstância de, nuns casos, o plano de trabalhos estar previsto como um "atributo" da proposta (submetido, pois, à concorrência) e, noutros casos, não (não ser aspeto submetido à concorrência) – resulta, antes, das características próprias de cada caso, pois, como é usual dizer-se, de facto, "cada caso é um caso" ...

E, continua o STA, isto acontece porque a "lei não prevê, nem conseguiria prever, nomeadamente no artigo 361.º n.º 1 do CCP, um formulário-tipo, único para todos os procedimentos pré-contratuais referentes a empreitadas de obras públicas, atendendo às características próprias de cada uma, e à diversidade de empreitadas em causa, quer quanto à sua dimensão e importância relativa, e inerentes custos envolvidos, quer sobretudo à sua maior simplicidade ou complexidade e inerentes necessidades de grau de decomposição das operações materiais que as integram".

Desta forma, entende o STA naquele aresto com o qual concordamos, seria impossível prever um modelo de "plano de trabalho" que fosse adequado e apropriado a todo o tipo de espécies e características de obras públicas a empreender em todas as empreitadas; tal como seria impossível, ou irreal, querer submeter todos os casos a um mesmo "plano de trabalhos" como crivo/modelo para avaliar da suficiência de detalhe e da adequação dos planos de trabalho de todos os casos concretos.

Daí que concluiremos, para já, que, como ensinou também o STA, no Acórdão de 27/1/2022 (proc. 0917/21), tanto o n.º 1 do artigo 361.º como a alínea b) do nº 4 do artigo 43º, ambos do CCP (...) o que exigem, apenas, é que o plano de trabalhos contenha uma lista completa de todas as espécies de trabalhos necessários à execução da obra e a especificação dos meios com que o empreiteiro se propõe executá-las, sem impor o respetivo nível de detalhe.

Por isso, se um plano de trabalhos não apresenta de forma específica e desagregada todas as 800 espécies de trabalhos previstas no projeto de execução, tal não implica uma "exclusão automática" da respetiva proposta, pois o que importa é, em cada caso, perceber se o objetivo que está na base desta exigência legal de apresentação de um plano de trabalhos se encontra alcançado no caso concreto.

Na próxima edição da Voz das Misericórdias, voltaremos ao tema. VM

‘Preservar o património é garantir a memória’

VIII Jornadas Reunidas em Amarante, as Misericórdias debateram os desafios da museologia no sentido de preservar memória e, ao mesmo tempo, projetar a sua identidade no presente e no futuro

TEXTO **VERA CAMPOS**

Inventariar e preservar. Dois verbos reiteradamente escutados ao longo de todo o dia, no âmbito das VIII Jornadas ‘Museologia nas Misericórdias’, que tiveram lugar em Amarante, no dia 5 de maio. Da cultura ao turismo, passando pela museologia, todos os intervenientes realçaram a necessidade de “criar memória”.

Considerando que o inventário do património deve ser “a primeira prioridade de todos os processos”, Mariano Cabaço, responsável pelo gabinete do Património Cultural da União das Misericórdias Portuguesas, recordou o ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, quando este afirmou que “o património é exatamente aquilo que não é efémero e que garante a nossa identidade. Nós todos vamos passar, mas há uma permanência e uma continuidade, um conjunto de elementos, que são a nossa memória coletiva e que existem além do período em que nós vivemos. Portanto, preservar o património é garantir a memória, e a memória não é apenas um olhar nostálgico sobre aquilo que fomos, é uma forma de nos projetarmos, de olharmos para o futuro”.

Por isso, continuou o responsável da UMP, “este desafio deve mobilizar todos: garantir a memória e projetar a ação no presente. Só assim poderemos afirmar a identidade das Misericórdias, respeitando o legado que recebemos e promovendo a sustentabilidade e a visibilidade das nossas instituições”, acrescentou.

Na mesma linha de pensamento, Laura Castro, diretora regional da Cultura do Norte, corroborou a necessidade da preservação e divulgação do património das Misericórdias, e frisou ainda a disponibilidade de reforçar a colaboração com a UMP, que já está protocolada e a funcionar.

O presidente da UMP diria mesmo que “a preservação [do património] é um combate da nossa identidade, pelo nosso futuro”. Segundo Manuel de Lemos, “olhamos para esta realidade nas Misericórdias como estratégia de oferta cultural, como contributo para a economia do turismo, mas sobretudo, como suporte de grande afirmação da nossa identidade secular”.

‘AMANHÃ JÁ É TARDE’

Hugo Cálão foi o responsável pela inventariação do património da Misericórdia de Águeda. Nestas VIII Jornadas, socorreu-se de uma frase do padre António Vieira para lembrar a necessidade de inventariar. “Nós somos o que fazemos, o que não se faz não existe. Só existimos verdadeiramente quando fazemos. Nos dias em que não fazemos nada, apenas duramos”.

Tal como haviam aludido, durante a manhã, Isabel Fernandes, do Paço dos Duques de Bragança, Rosário Machado, do Museu Amadeo Souza Cardoso, e Cristina Mendes, do Turismo do Porto e Norte de Portugal, é “preciso ação”. Para Hugo Cálão, “só podemos divulgar se realmente conhecermos. As Misericórdias têm de investir no estudo da sua história, do seu património. Devem dar mais mérito aos investigadores”, apelou.

Para este mestre em património, “nem tudo tem de passar pela museologia. O que deve acontecer, verdadeiramente, é esta proximidade de quem visita e de quem recebe. Tal como referiu Isabel Fernandes, se o património for usado, arejado, não se perde”. Hugo Cálão incentiva ao registo da memória, nas suas mais variadas formas: fotografia, vídeo, áudio. “Temos de começar já. Amanhã já é tarde”, conclui.

PATRIMÓNIO E COMUNIDADE

Atrair as comunidades locais aos espaços museológicos das Misericórdias exige criatividade, perseverança e também investimento. As Misericórdias de Matosinhos e de Anadia são exemplos disso. Em Amarante, apresentaram os seus espaços e divulgaram o método escolhido para atraírem mais visitantes.

Rita Pedras, do Museu do Bom Jesus de Matosinhos, recordou que, durante um longo período, o museu, que existe desde 1993, esteve encerrado ao público. A reabertura, em 2016, deu-se de “forma ténue”. “Em 2021, abraçámos um novo projeto, com uma nova linguagem expositiva e uma readaptação do edifício a espaço museológico”. Orientado para receber e atrair novos públicos e a comunidade local, em 2022, o museu desenvolveu uma dezena de atividades, entre exposições de pintura, concertos e apresentação de livros. Rita Pedras sublinhou que “todo o museu ganhou vida”. “Foi uma experiência interessantíssima ver os artistas a

‘OLHAMOS PARA ESTA REALIDADE NAS MISERICÓRDIAS COMO ESTRATÉGIA DE OFERTA CULTURAL, MAS SOBRETUDO, COMO SUPORTE DE GRANDE AFIRMAÇÃO DA NOSSA IDENTIDADE SECULAR’

comunicar com o museu. Tivemos 40 músicos a ensaiar por todas as salas do museu. Um ato de comunicação que trouxe até nós famílias e outros visitantes”, constatou com emoção.

Em Anadia, a Misericórdia local tutela o Museu José Luciano de Castro, que completa em 2023 o seu 25º ano de existência. Para além de preservar a memória de um homem e da sua família, que deixou todo o seu património à Santa Casa de Anadia, o acervo deste espaço museológico serve também a comunidade escolar.

João Nascimento, responsável pelo museu, assumiu que o trabalho desenvolvido nos últimos anos tem permitido “aproximar a comunidade”. “Acreditamos que é nosso dever investir na cultura e conhecimento, educar para os valores da sociedade”, enumerou. Por isso, entre as iniciativas desenvolvidas, destaque para a ‘Aula no Museu’ e o ‘Museu Vai à Escola’.

Na primeira situação, o espaço acolhe professores e alunos em contexto de sala de aula, disponibilizando uma área em que se abordam temas específicos e com presença no museu. No segundo caso, o museu desloca-se às escolas mais afastadas do centro, levando alguns elementos que podem sair. João Nascimento admite que, “se por um lado, o turista tem interesse em conhecer a história da família que dá nome ao museu, por outro entendemos que as nossas comunidades – escolar e sénior – devem ver o museu não só como um local de aprendizagem e de memória, mas também como um local de criação de sentido e de descoberta cultural.”

PRÓXIMA EDIÇÃO EM SEIA

No final dos trabalhos, José Augusto Silveira, provedor da Santa Casa de Amarante e vogal do Secretariado Nacional da UMP responsável pela área do património, elogiou a determinação demonstrada por todos os presentes. “Saímos daqui estimulados na nossa vontade e reforçados na determinação de preservarmos o património e a identidade das Misericórdias. Ao cuidarmos do património, criando condições adequadas de exposição e divulgação pública, damos prova de que as Misericórdias são instituições de presente, com orgulho no passado, mas projetadas no futuro”.

Para este responsável, “só abrindo e divulgando convenientemente o nosso património, oferecendo à fruição pública a nossa mensagem e a nossa memória, poderemos contribuir para uma sociedade mais inclusiva, sustentável, dinâmica e evoluída”. José Silveira terminou anunciando que as XIX Jornadas ‘Museologia nas Misericórdias’ acontecerão em Seia.

Pelo trabalho desenvolvido na área do património, José Silveira foi homenageado pelas Misericórdias, através do presidente da União, Manuel de Lemos. VM

Relação entre turismo e cultura

Luís Pedro Martins, presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, afirmou que turismo e cultura têm “uma relação de união” e deixou um apelo às Misericórdias. “Temos de dar aos turistas conteúdos, razões que os façam procurar outros territórios. O turismo está a trazer clientes, mas é importante que da vossa parte as portas estejam abertas, pois a atividade turística não é compatível com espaços fechados entre sexta e domingo”.

Relatórios técnicos do que foi executado

O património exige um cuidado permanente de monitorização, intervenção e restauro. O efeito preventivo tem um tempo limitado, pelo que poderão ser necessárias novas intervenções ao longo dos anos. Por isso, Rui Trindade, da empresa Signinum, destacou a importância de “um relatório técnico final bem construído e fidedigno do que foi feito e executado, com registo de todo o processo e metodologia realizada”, o que considera ser fundamental para a qualidade de uma nova intervenção.

politérmica
ENGENHARIA

serviços de

Obras, Manutenção, Assistência Técnica e QAI

AVAC • Eletricidade • Hidráulicas • Redes Incêndio • Refrigeração • Sistemas Solares

Hospitais **UCC's** **Residências** **Escolas** **Serviços** **Indústria**

T +351 229 698 110 **e-mail** geral@politermica.pt **web** www.politermica.pt
Rua do Xisto, 670 • 4470-389 Maia • Portugal

Lipronerg.

ENGINEERING THE FUTURE

Lisboa | VN Barquinha | Londres
(+351) 249 717 175
geral@lipronerg.pt | www.lipronerg.pt

Projetamos o futuro.

Desenvolvemos projetos de especialidades de **Mecânica, Elétrica, Civil e Sustentabilidade** para a remodelação e construção de edifícios.

Público-alvo:

- Unidades de Saúde
- Residências Sénior
- IPSS
- Escolas

Somos o seu parceiro na execução de projetos financiados - **PARES -** Plano de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, **PRR-**Plano de Recuperação e Resiliência ou outro.

SUPER Dias Mercedes-Benz Vans Usadas.

No mês de Abril, a Carclasse preparou uma seleção de veículos comerciais ligeiros usados, especialmente para si.

Conheça online todo o stock disponível em usados.carclasse.pt, e aproveite ainda as seguintes condições:

Garantia de 2 anos pela Marca*

Oferta de uma Manutenção Programada**

Oferta de um depósito cheio**

Contact Center
808 200 808

*Imagens não contratuais. Campanha válida até 30 de Abril de 2021 e/ou limitada ao stock existente. *Condições válidas para todas as viaturas elegíveis na campanha. **Ofertas válidas para financiamento com juros, com financeiras protocoladas com a Carclasse para esta campanha. Não inclui peças de desgaste.

Carclasse

Braga - Barcelos - Famalicão - Viana do Castelo - Guimarães - Lisboa - www.carclasse.pt - info@carclasse.pt

Jornadas para refletir sobre os desafios do envelhecimento

A Misericórdia de Santarém promoveu as suas primeiras Jornadas da Saúde, com o tema 'Cuidar: da Inovação à Prática'

TEXTO **FILIPE MENDES**

Santarém A Misericórdia de Santarém realizou, no dia 19 de maio, as suas primeiras Jornadas da Saúde, com o tema 'Cuidar: da Inovação à Prática', no Convento de São Francisco.

A iniciativa, inserida nas comemorações do 523º aniversário da instituição, pretendeu ser um espaço de reflexão e debate acerca dos desafios que se colocam atualmente ao setor social, uma vez que, na União Europeia, Portugal é dos países mais envelhecidos.

"Os dados dos Censos de 2021 revelam que Portugal está a ter um duplo envelhecimento: um incremento expressivo da população idosa, que cada vez vive mais tempo, e uma redução do número de jovens. Essa realidade é ainda mais expressiva em Santarém", disse o presidente do município escalabitano, Ricardo Gonçalves, na sessão de abertura. Nesse sentido, afirmou, a ação da Misericórdia de Santarém, a par das outras IPSS do concelho, "tem sido fundamental".

Uma ideia partilhada pelo diretor da Segurança Social de Santarém, Renato Bento, para quem, contudo, a questão da longevidade tem de ser encarada como uma "boa notícia".

Na sua intervenção, o responsável deixou ainda um desafio para que as Misericórdias e IPSS se empenhem em "soluções inovadoras" para dar resposta aos desafios do envelhecimento.

Em vez de respostas tradicionais, como lares ou centros de dia, Renato Bento considera que a 'chave' poderá estar no apoio domiciliário, capaz de promover a autonomização das pessoas para que fiquem cada vez mais em casa.

Para o provedor da Misericórdia de Santarém, Hermínio Martinho, "o respeito e a dignificação das pessoas é a missão mais importante da instituição", apontando que, no pós-pandemia, enfrentamos agora "os desafios da guerra na Ucrânia e a inflação que tornam ainda mais difícil a ação da Misericórdia".

Debate Reflexão nas Jornadas de Saúde incidiu sobre os desafios do envelhecimento

Para Manuel de Lemos, balcões SNS24 representam o primeiro passo de uma revolução na prestação de cuidados de saúde aos idosos

"Precisamos que o Estado trabalhe mais em cooperação connosco, criando condições para que possamos fazer mais em prol das comunidades nas quais estamos inseridos", apelou.

Presente nestas Jornadas da Saúde, Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), reiterou essa ideia e considerou ser necessário existir, precisamente, uma maior colaboração entre saúde e segurança social.

"No passado, a organização política do Estado tinha o chamado Ministério dos Assuntos Sociais, que tinha um secretário de Estado da Saúde e outro da Segurança Social (SS). Portanto, estava tudo junto. Fomos percorrendo, depois, o caminho da autonomização, o que foi positivo, mas também teve aspetos negativos. A partir de determinada altura, a SS orientou-se no sentido da cooperação e, portanto, sempre trabalhou com as instituições da sociedade civil. Na saúde, houve a ideia que o Estado tinha a capacidade de resolver todos os problemas e, portanto, não precisava de ninguém. Os anos passaram e é evidente que, em termos de esperança de vida, em termos de qualidade de tratamento e investimento, tudo isso aconteceu, mas a história deu a volta e a questão da demografia levou à necessidade imperiosa de a saúde voltar a articular-se com a segurança social", contextualizou.

Segundo transmitiu o responsável da UMP, a pandemia de Covid-19 trouxe aos lares o pior dos últimos tempos, mas também trouxe outra realidade: a das mudanças fundamentais, quer nas relações - entre saúde e setor social e entre saúde e segurança social - quer nos conceitos, porque o lar do futuro "vai ter de ser diferente, mais especializado, com equipas mais motivadas e menos utentes".

Nesse sentido, saudou a instalação dos balcões SNS 24 nas estruturas residenciais para idosos, lares residenciais para pessoas com deficiência e nas unidades da rede nacional de cuidados continuados integrados, o que permite assegurar uma resposta de proximidade e qualidade.

"Esta iniciativa contribui para qualificar estes serviços com respostas inovadoras, que facilitam e medeiam o acesso dos seus utentes aos cuidados de saúde do SNS. São um legado da pandemia que veio para ficar e que visa não deixar ninguém para trás", afirmou, anunciando que, dentro em breve, o distrito de Santarém irá também dispor deste serviço.

Este projeto, concluiu Manuel de Lemos, "é o primeiro passo de uma revolução na prestação de cuidados de saúde à população idosa". VM

VOZ DAS MISERICÓRDIAS

Órgão noticioso das Misericórdias em Portugal e no mundo

PROPRIEDADE:
União das Misericórdias Portuguesas
CONTRIBUINTE: 501 295 097
REDAÇÃO/EDITOR E ADMINISTRAÇÃO:
Rua de Entrecampos, 9, 1000-151 Lisboa

TELS.: 218 110 540 / 218 103 016
FAX: 218 110 545
E-MAIL: jornal@ump.pt

FUNDADOR:
Manuel Ferreira da Silva

DIRETOR:
Nuno Reis

EDITOR:
Bethania Pagin

DESIGN E COMPOSIÇÃO:
Mário Henriques

PUBLICIDADE:
publicidade@ump.pt

COLABORADORES:
Ana Cargaleiro de Freitas
Daniela Parente
Duarte Ferreira
Filipe Mendes
Patrícia Leitão
Paulo Sérgio Gonçalves
Raul Caires
Vasco Silva
Vera Campos

ASSINANTES:
jornal@ump.pt
TIRAGEM DO N.º ANTERIOR:
8.000 ex.
REGISTO: 110636
DEPÓSITO LEGAL N.º: 55200/92

IMPRESSÃO:
Diário do Minho
Rua de S. Brás, 1 – Gualtar
4710-073 Braga
TEL.: 253 303 170

VER ESTATUTO EDITORIAL:
www.ump.pt/Home/comunicacao/estatuto-editorial/